

Análise do discurso político: da teoria dos campos à sociologia da grandeza¹

RESUMO

Christian Le Bart
christian.lebart@Uhb.fr
Université Rennes 2, Haute
Bretagne, campus Villejean,
Rennes, França

Três perspectivas sociológicas são consideradas em relação ao objeto discurso político. A primeira, estrutural, está centrada na noção de campo político, e faz um levantamento das illusios fundadoras deste campo. Dessa perspectiva, o discurso político enquanto gênero é apenas uma variação a partir destas illusios. A segunda atenta para as relações de força internas ao campo político e às estratégias dos atores, conectando as posições ocupadas e os discursos produzidos. A terceira estuda o modo pelo qual as formas alternativas de grandeza podem ser importadas com sucesso no campo político.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Sociologia. Campo. Illusio. Grandeza.

INTRODUÇÃO

A democracia se caracteriza em princípio pela liberdade consentida a cada cidadão de tomar a palavra para dar sua opinião sobre algo da esfera pública. Na prática, por ser ela indireta e representativa, a democracia tende a reservar o acesso ao espaço público aos profissionais da política, que monopolizam de fato o direito do dizer político com o privilégio de serem compreendido, levados à sério, comentados, mesmo obedecidos (MANIN, 1995). A profissionalização política, acelerando a automatização do campo político, acentuou a ruptura entre representantes e representados e, assim, a singularidade do jogo político.

Peça essencial deste jogo, o discurso político, definido a seguir de maneira restritiva, como o discurso proveniente unicamente dos atores envolvidos no campo político, aparece particularmente marcado por essa singularidade. Do ponto de vista dos cidadãos, ele é percebido como previsível, codificado, até mentiroso, mais interessado que interessante. Ele suscita a desconfiança. Em termos mais científicos, diremos que ele apresenta as características de um gênero, com suas restrições, suas obrigatoriedades e seus interditos. Meias palavras para uns, fala de interesse geral para outros, o discurso político existe como produto de uma atividade discursiva específica e provém de um campo social singular. Ele não deriva sua legitimidade nem de qualquer pretensão estética (ainda que a retórica política possa ser, pelo passado, anexada à essa forma de grandeza), nem de sua pretensão de descrever o mundo tal como é (ainda que, novamente, a preocupação com o realismo, possa ser integrada).

Por que ele é produto de um campo social particular (o campo da política), o discurso político deve, portanto, ser estudado como gênero singular dotado de certa coerência. Não que todos os enunciados produzidos no (ou a partir do) campo são idênticos, ou mesmo simplesmente homólogos, mas apenas porque todos os enunciados políticos obedecem à restrições estáveis, que a sociologia do campo político permite destacar. O discurso político reflete superficialmente o querer-dizer pontual de um locutor político; reflete ainda menos a verdade do mundo social (ainda que ele seja um locutor social que parece dizer a verdade, ele mobiliza uma retórica da probabilidade): o discurso político reflete o estado do campo político no momento em que ele é produzido, bem como a posição ocupada, no campo, por aquele que fala. As seguintes observações metodológicas são as consequências dessa hipótese. Apresentamos a seguir uma postura de pesquisa (dentre outras possíveis) diante do objeto discurso político, postura amplamente emprestada da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, ainda que na última parte tentemos identificar um limite tomando emprestado a teoria da ordens de grandeza proposta por Luc Boltanski e Laurent Thévenot.

ABORDAGEM ESTRUTURAL: O COMPROMISSO DE ESTABELECEER AS ILLUSIOS DO CAMPO POLÍTICO

Falar em campo para designar o universo no qual se institui a atividade política, é sugerir que as estratégias persuasivas usadas pelos atores políticos, os tipos de bens simbólicos que eles produzem, que distribuem ou que eles desejam, os comportamentos que adotam, são específicos deste campo, e faz sentido apenas relativamente. A autonomia do campo está marcada na especificidade do capital que prevalece em seu interior (o capital político), na autonomia das

instituições ditas políticas, na divisão do trabalho que dota a singularidade dos atores políticos, na originalidade das regras do jogo político (por exemplo a eleição popular), etc. Todas essas dimensões permanecem, contudo, desprovidas de consistência se não forem garantidas ao universo específico de crenças, crenças fundadoras daquilo que Bourdieu chama de *illusio*. Um campo não existe sem as crenças que mobilizam os atores a agir, para motivá-los a adquirir o capital próprio do campo, que supõe acreditar no valor deste capital e nos prêmios aos quais ele dá acesso. "Ao princípio do funcionamento de todo o campo social (...), há *illusio*, o investimento no jogo" (BOURDIEU, 1998, p.71). "A *illusio* é o fato de ser pego no jogo, de ser pego pelo jogo, de crer que o jogo vale o esforço" (BOURDIEU, 1994, p.151). Todos os atores do campo partilham da *illusio*, é esse consenso (frequentemente invisível do interior) que torna os jogos internos do campo não somente possíveis, mas mesmo parcialmente previsíveis.

O termo *illusio* pode parecer polêmico: ele visa simplesmente lembrar que o pesquisador apenas compreende as lógicas de um campo do exterior, isto é, transcrevendo as crenças partilhadas daqueles que se encontram em seu interior. A explicitação seguida da análise das crenças fundadoras de um campo são centrais para aquele que procura compreender, por exemplo, as produções discursivas internas a ele. Por conta dos discursos serem determinados, positivamente ou negativamente, por essas crenças: positivamente, quando os locutores retomam tais crenças; negativamente, quando eles delimitam estritamente as fronteiras (próprias do campo político) do enunciável e mesmo do imaginável.

O incontestado político, porque reenvia às crenças fundadoras da ordem política, interessa ao pesquisador uma vez que não suscita interesse dos profissionais da política: estes o interiorizaram sob a forma de evidência, por conta do questionamento teórico implicar o questionamento acerca de sua função. Do interior de um campo, o como prevalece sempre sobre o por que, improdutivo pois demasiado radical e ameaçador. Determinados questionamentos são admissíveis no campo político (como realizar da melhor maneira seu papel de eleito? como governar de maneira eficaz? etc.); outros não, que colocam em suspeita o campo político (para que serve uma eleição? Por que a democracia deve ser representativa? etc.) A entrevista reflexiva com os profissionais da política não permite, sob essas condições, acessar diretamente as crenças fundadoras do campo político, porque estas são, de certa maneira, as menos próprias para tal objetivo, prisioneiras que são de uma relação encantada com a política. Elas aparecem, no entanto, indiretamente em seus discursos, como assinalamos, por meio das evidências que as atravessam e que, porque provêm mais dos imperativos do campo que dos locutores eles-mesmos, passam quase despercebidas a todos do seu interior.

Se as *illusions* são invisíveis para aqueles que as adotam, é porque são fortemente interiorizadas, incorporadas. A *illusio* não vincula as fronteiras do politicamente enunciável como uma limitação externa, como o direito de supervisão de todos sobre cada um. Nesse caso, parece ser uma restrição dolorosa perfeitamente analisável pelas partes interessadas. Ela é interiorizada sob a forma de uma maneira de ser na política por aqueles que foram educados a crer na política e que são dispostos a realizá-la. A *illusio* toma a forma de uma fé enraizada que, quando transforma uma vocação em profissão, aprende a fazer a economia de um questionamento. Existe encantamento na medida em que não entramos em política sem crer na política como atividade nobre, interessante, ou ao menos

rentável. "A adesão fundamental no jogo, a *illusio* [é] reconhecimento do jogo e da utilidade dele, crença nos valores do jogo e de seu desafio que funda todos os significados e valores particulares" (BOURDIEU, 1998, p.288). E, se debatemos do interior do campo político, os modos de fazer a política, aprendemos a não mais discutir, a utilidade em si, de um mundo político.

Uma postura de pesquisa pertinente para entrever as crenças geradoras da *illusio* política é constituída pela análise das gafes produzidas num campo. Chamamos de gafe um enunciado que, porque viola as crenças fundadoras de um campo, suscita a reprovação coletiva de todos os atores deste campo, até mesmo a autocrítica do falante. Em política, as gafes revelam os limites do politicamente enunciável e mesmo, sem dúvida, do politicamente imaginável. Elas dizem, ao contrário, sobre o que todos os participantes na política devem estar de acordo, o consenso fundador do campo político.

Tal postura de pesquisa induz a uma consequência relacionada à delimitação do corpus. É nos limiões que o discurso político revela melhor sua lógica interna. Por não serem problematizados, os enunciados comuns passam despercebidos por estarem perfeitamente alinhados no horizonte de expectativas daqueles para os quais são destinados. No entanto, a dramatização que marca a junção das fronteiras dito/interdito, admissível/inadmissível, permite revelar as crenças que subjazem o discurso político. Os períodos de rotina, nesse caso, nos interessam menos que os períodos de crise. O escândalo pode constituir um indicador confiável que revela uma violência constituída nas ideologias fundadoras.

Existem duas crenças fundadoras da *illusio* política que os profissionais do setor nunca colocam em discussão. Ambas participam da legitimação do campo político: a primeira afirma a grandeza original do poder político, pela sacralização do voto popular; a segunda assinala sua grandeza funcional, pela afirmação de sua eficácia em transformar a sociedade. Do interior do campo político, é rigorosamente impossível de questionar estes enunciados fundamentais. A fala blasfemadora que afirma que o voto popular não é nada, que os eleitos do povo fingem suas pretensões em representar o coletivo, ou ainda que todas as formas de poder são uma comédia, pois a História se faz para além da cúpula do Estado; esta fala é possível apenas do exterior do campo político. Ela é impensável de seu interior. Porque existe uma solidariedade mínima entre os atores de um mesmo campo, aquilo que Bourdieu (1998, p.373) chama de "conluio dos agentes envolvidos na *illusio*".

A grandeza original do campo político está assentada na sacralização do voto popular, verdadeiro repositório de legitimidade que alimenta o conjunto de instituições políticas democráticas. Beneficiando as pessoas (os eleitos do povo ou da nação), as funções (parlamentar, prefeito, ministro...), as instituições, os textos, etc. Quando a legitimidade do voto não é indireta (Senado ou ainda o Conselho institucional), a crítica é possível do interior do campo político, mas ela não pode se implantar senão no sentido de uma exigência democrática maior. O voto popular nunca foi questionado como tal; fazer política no contexto pacífico das democracias representativas supõe estar suscetível aos julgamentos. O povo soberano está fora do alcance de qualquer crítica. Mais precisamente, porque os órgãos políticos extraem sua legitimidade de sua capacidade de encarnar seu povo, não podem ser questionados nem indagados sobre essa pretensão, nem mesmo de interrogar essas categorias de papel que constituem o povo, a nação, a França, etc. Não seria, por exemplo, aplicável no campo político o discurso da sociologia

construtivista, segundo o qual as comunidades mais evidentes, como as nacionais (mas poderíamos dizer o mesmo dos jovens, das mulheres, dos deficientes...) são categorias socialmente produzidas, ainda mais se acrescentarmos que elas são precisamente construídas por aqueles que pretendem incorporá-las. Na linguagem da sociologia, o representante é o porta voz que faz o grupo, como aquele da política, mas é o grupo que se atribui um representante.

A grandeza funcional do poder político supõe a capacidade de agir sobre a sociedade para resolver os problemas mais sérios. A blasfêmia aqui consiste em dizer (segundo a variação sobre o tema: o rei está nu) que o poder político fica vazio, desenvolve sua magnificência em puro espetáculo que visa melhor entreter a ilusão de um poder eficaz e benevolente, na pior das hipóteses para esconder os verdadeiros poderes, aqueles da classe burguesa do passado ou das multinacionais do presente, aqueles dos altos funcionários e outros tecnocratas, etc. Esses discursos desencantados (para os quais novamente as ciências sociais, alegando uma lucidez possibilitada pela posição de externalidade em relação ao campo político, não são alheias) não são concebíveis no interior do campo político em sua forma radical. Eles ferem muito violentamente esta crença na qual toda vocação política está baseada e que torna possível agir no mundo social a partir das posições de poder oferecidas pelas instituições políticas. O infortúnio é estruturalmente interdito no campo político. Esta convicção central resulta em múltiplas consequências, das quais, por exemplo, a pretensão dos locutores políticos sempre compreenderem a sociedade na qual vivem; saberem sempre dotar sentido aos acontecimentos; sempre poderem identificar as causas. Se os profissionais da política hoje aceitam voluntariamente a ideia de que o mundo social é complexo, se eles enfatizam mais que no passado a necessidade de separar um tempo para analisar e entender, este tributo às ciências sociais não deve ser mal usado: é a partir de sociólogos achatados que eles remendam as causalidades, que eles avaliam as soluções ou identificam os recursos de ação. Convocados pela sua posição no campo político a dizer aquilo que deve ser feito para agir no mundo, eles estão condenados a manter a crença na eficácia da ação política.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA: AS LÓGICAS DE POSIÇÃO NO CAMPO POLÍTICO

De modo diferente do chefe indiano observado pelo etnólogo Pierre Clastres (1974), os profissionais da política não se contentam em repetir infinitamente o mesmo discurso obrigatório. Falar de discurso forçado não impede de identificar as estratégias ou táticas discursivas ligadas aos interesses pontuais, pessoais ou coletivos. Mas, por esses interesses serem eles mesmos internos ao campo político, as táticas e estratégias devem ser implantadas no interior de tais restrições. Um locutor as esquece, as abandonando pelo seu próprio interesse? Ele deverá então sofrer a crítica do campo político como um todo, inclusive dos amigos políticos. É o que acontece no exemplo da defesa no caso das gafes de Lionel Jospin, primeiro ministro a qualificar a direita francesa como "*dreyfusarde*"², que confessou sua impotência diante das demissões de Michelin. Foi olvidar que a democracia representativa proibi a desqualificação do adversário, uma vez que ele se beneficia da legitimidade do voto popular, foi esquecer que um governo não pode constatar publicamente sua incapacidade diante de um problema social.

Se toda intervenção discursiva no campo político deve ser analisada como variação em torno de alguns enunciados fundamentais, que acabamos de

identificar, cada locutor, a seu modo, executa esse caminho comum a todos. Importa menos aqui o estilo pessoal (ainda que ele, como produto de uma trajetória de socialização individual, possa ser considerado) que a posição objetiva ocupada pelo locutor no campo político e a estrutura singular de interesses (políticos) que esta posição determina. Todo discurso político deve ser analisado de uma só vez estruturalmente como variação em torno das crenças fundadoras da *illusio* política e estrategicamente como reflexo da posição relativa ocupada pelo locutor³. Nos dois casos, as lógicas do campo tendem a suplantar as determinações externas, por exemplo, com referência às expectativas dos eleitores:

Dizer que há um campo político é lembrar que as pessoas que nele se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas com os outros membros do campo. [Um ator político] diz que o que diz [...] não para responder às expectativas da população em geral ou mesmo a categoria que deu a ele sua voz, que o designa como mandatário, mas por referência a aquilo que outros do campo dizem ou não dizem, fazem ou não fazem (BOURDIEU, 2000, p. 57).

O enunciado perspicaz é assim aquele que vem no bom momento, dito por um locutor autorizado, e que conjuga idealmente o interesse político daquele que fala e respeita meticulosamente as *illusios* que partilha com aqueles que o ouvem. Concretamente, cada papel político reenvia a uma modalidade original do arranjo de enunciados fundamentais precedentes. Desempenhar o papel de ministro, de líder da oposição, de responsável por um partido do governo, ou de presidente da República, é se inscrever no subconjunto relativamente rígido de prescrições que enquadram precisamente os discursos. O afastamento entre governantes e opositores é sem dúvida central: não que estes sejam, como frequentemente cremos, livres em sua fala enquanto aqueles seriam protegidos em seus papéis fechados. Essa separação é pertinente apenas porque ela remete para duas maneiras de recusar os fundamentos do campo político. De um lado, os governantes: rememorando sua própria legitimidade e assumindo a pretensão de agir na sociedade (promessa de ação para o futuro, decisão encenada, efeito de anúncio e política simbólica para o presente, discurso de auto-atribuição pelo passado). Do outro lado, os opositores: tecendo uma crítica aos governantes que não são nunca críticas ao papel que desempenham (a função é nobre, mas seu titular não está à altura); e denunciando sua impotência, que ainda é culpada e não estrutural (versão 1: eles estão no poder e não fazem nada; versão 2: eles verdadeiramente buscam um programa prejudicial).

Governantes e opositores não falam a mesma coisa, mas os argumentos diferenciados e aparentemente contraditórios que eles desenvolvem dispõem de um mesmo universo de *illusios*. Este inconsciente do discurso político é o apoio indispensável a partir do qual a palavra política se institui. É incomum que este inconsciente ceda lugar à explicação pura e simples, porque é notável que a estratégia discursiva de um locutor seja reduzida a ele. Tal situação é concretizada quando um político escapa do campo político, por exemplo, se ele se dirige aos indivíduos que lhe parecem distanciados do modelo de cidadão. Então ele vai se encarregar da defesa de todo o campo político, por exemplo diante das crianças, para relembrar o que é a democracia e aquilo que permite o exercício do poder político. Mais frequentemente, tais enunciados fundamentais são, como

assinalamos, operacionalizados para auxiliar uma argumentação interna do campo político.

Isso significa que é impossível de encontrar particularidades, no campo político, portanto no discurso da (dos profissionais da) política, de pôr em causa as crenças fundadoras da *illusio* política? As coisas não são assim tão simples: o campo social não é caracterizado somente pela oposição entre aqueles que a ela pertencem (aqueles que creem nela e dos quais o discurso é carregado de *illusio*) e os de fora (os que podem não crer nela e dizem que querem). O campo político é, dessa maneira, estruturado sob a base de uma oposição entre as posições dominantes e as posições dominadas. Como situar, no esquema anterior, os não-profissionais da política, os 500.000 conselheiros municipais, os "simples" militantes, ou ainda os responsáveis pelos pequenos partidos nunca eleitos pela aprovação popular porque são extremistas ou ultra-minoritários?

Para os profissionais da política, as coisas são simples: o abandono da liberdade de expressão condiciona o exercício do poder. O discurso de um presidente da República é muito restrito (ele é previsível, porque demasiado ritualizado) e muito poderoso (muitos enunciados presidenciais são carregados de forte performatividade: tanto que o presidente decide, chama, convoca, dissolve, nomeia, aprova ou desaprova em nome da França, etc.). Mas o que dizer de locutores em posição inferior ou lateral? Menos vigiados, menos escutados, eles podem se autorizar mais a certas liberdades, mas porque estão no interior do campo em questão, não chegam nunca à blasfêmia pura. Como os outros locutores, os atores submetidos ao campo político têm que introduzir sua própria mensagem (isto é, desenvolver suas próprias estratégias) no duplo ritual (original e funcional) do poder político. Por exemplo, um diminuto eleito (o prefeito de uma comunidade rural) pode certamente denunciar a crise da representatividade que, de acordo com ele, aparta os "políticos" da realidade da vida cotidiana. Sua apologia de uma proximidade, que ele pretende ele mesmo encarnar, é uma crítica à representatividade política. Mas esta crítica não vai tão longe a ponto de se tornar um princípio, caso em que ela própria seria arrebatada. Ela continua sendo defensora da delegação que funda a democracia representativa, mesmo se solicita uma aproximação entre os profissionais da política e os simples cidadãos. Este discurso de auto-legitimação não é blasfemo. Mesma coisa com a periferia do campo político, quando denuncia a impotência (culpabilizada ou intencional) dos governantes. O discurso aparentemente mais radical, da extrema direita à extrema esquerda confere, na verdade, uma concepção demasiado conformista do poder político como poder eficaz que deve permitir mudar a sociedade se realmente o quisermos.

ABORDAGEM DINÂMICA: A IMPORTAÇÃO DE GRANDEZAS ALTERNATIVAS

A teoria dos campos de Pierre Bourdieu, na qual nos baseamos no desenvolvimento anterior, esbarra, ao menos no caso do campo político, numa dificuldade assustadora: o campo não é fechado nele mesmo. O voto universal, capital singular específico deste universo, permite acessar as posições dominantes no campo, mas ele resulta de uma troca com os atores exteriores a ele mesmo⁴. Os qualificar como eleitores ou cidadãos não muda nada: o poder em política se fundamenta longe do mundo restrito dos profissionais da política. Este dado fundamental é suficiente para distinguir o campo político dos campos nos quais a

autonomia é, às vezes, sinônimo de fechamento (mundo universitário ou mundo de vanguardas artísticas, por exemplo, também indiferentes ou mesmo hostis à aprovação dos indivíduos fora do campo⁵). Pierre Bourdieu (2000, p.62-63), comparando neste ponto o campo político ao campo religioso, afirma que:

O campo político tem uma particularidade: ele não pode nunca se automatizar completamente. Ele constantemente refere-se a sua clientela, aos leigos, e esses leigos têm, de alguma forma, a última palavra nas lutas entre clérigos, entre os membros do campo.

Se há autonomia do campo político, ela é, portanto, eminentemente relativa. No terreno que nos interessa, aquele do discurso político, esta tensão entre autonomia e heteronímia é marcada na justaposição de duas famílias de enunciados: de um lado os enunciados fundadores do campo político, que têm até o momento retido nossa atenção; de outro, os enunciados dos registros de legitimação exteriores ao campo político. Os mecanismos de importação para o campo político, de grandezas alternativas à grandeza política clássica, são mais visíveis atualmente que a grandeza estritamente política, que tende a se esgotar. A legitimidade política, a qual está assentada na solicitação do voto popular e sob a pretensão de ação na sociedade, ainda é objeto de chamados encantatórios, mas temos a impressão que estas crenças perdem uma parte de sua força assim que nos afastamos do campo político. A crise da representação pode estar aí, na impossibilidade para os homens políticos de transformar as crenças fundadores do campo político em crenças partilhadas por todos, em recursos de legitimidade externos; dito de outra forma, de integrar no campo político os indivíduos simples, de fazer com que os cidadãos aceitem reconhecer o valor do campo do qual eles não participam diretamente, mas que não pode ser reproduzido sem seu consentimento.

Uma vez que os profissionais da política dificilmente podem exportar e generalizar as formas de grandeza especificamente políticas, eles não podem manter o contato com a sociedade civil, apenas importando para o universo de grandezas as que tem valor em seu interior, isto é, que sejam aproximadamente compatíveis com as suas. É deste modo que podemos compreender a transformação contemporânea do campo político no sentido de uma personalização maior. Antes, o detentor de um cargo político poderia estar satisfeito com a legitimidade a ele conferida: grandeza do voto popular, grandeza da função de governante com poder de decisão. Estas duas grandezas permanecem, mas é como se não fossem mais suficientes. Daí a estratégia que consiste em legitimar o titular do cargo para superar a insuficiência da grandeza do próprio cargo. Dessa maneira, vemos os profissionais da política conduzirem estratégias de legitimação pessoal, no duplo sentido da expressão: elas o beneficiam particularmente (quando a grandeza política clássica é concedida coletivamente por meio dos cargos, das instituições), elas são baseada na única encenação de sua pessoa. O aumento do poder do tema privado, que podemos analisar como feminização da vida política, caracteriza um deslocamento de fundo: aquilo que antigamente deveria ser encoberto para que a legitimação do cargo pudesse ser feita integralmente, é hoje revelado⁶. Uma vez que o cargo é suficiente para legitimar, poderíamos (ou deveríamos) nele nos amparar. O enfraquecimento da política obriga a se trabalhar com a grandeza do cargo, uma vez que eles deixaram de ser grandes apenas por sua força intrínseca. Em termos *weberianos*⁷, podemos dizer que os políticos estão condenados ao carisma. Em termos

*eliasianos*⁸, que eles podem, sem hesitação, tomar emprestado a nostalgia cavalheiresca, isto é, construir um argumento assentado na incapacidade de controlar completamente suas emoções e silenciar sua interioridade. Ao extremo, a legitimidade pode ser reivindicada, mesmo no campo político, sem referência ao político. Desse modo, vemos os profissionais da política se apresentando como se não fizessem política⁹. Tais empreitadas individuais, uma vez agrupadas, enfraquecem ainda mais a grandeza especificamente política. Podemos nos perguntar o que resta, em tal contexto, das legitimações tradicionais da política que tentamos identificar anteriormente. Elas sem dúvida permanecem, o que faz com que ainda sejam pertinentes atualmente na teoria dos campos, naquilo que ela tem de estrutural e a-histórico. Mas em tais crenças fundadoras da *illusio* se alojam os discursos de legitimação alternativos, que certamente são compatíveis, mas que se destinam a ofuscar a centralidade anterior. A grandeza na política é pouco a pouco a grandeza política.

É isso que demonstra hoje o status observado, por exemplo, nos bastidores da vida política¹⁰. Vida privada, individualidade "verdadeira", lazer e hobbies, pequenas frases ditas em *off*, momentos de relaxamento... tudo isso interessava antigamente aos jornalistas engajados a desvendar uma parte da verdade para além das aparências institucionais. Por trás das meias palavras, rastreávamos a pequena frase desprendida das *illusios*, e se supunha revelar a verdade crua do jogo político. Agora, é ainda mais evidente que o bastidor é ele próprio evidenciado pelos profissionais da política que trabalham a apresentação de si em dois contextos complementares distintos: na cena oficial, onde é necessário desempenhar as funções do cargo; e nos bastidores, agora quase públicos, onde se adquire a legitimidade que o cargo unicamente não é capaz de conferir. Esse exemplo mostra que as *illusios* políticas perderam a centralidade no campo político. Elas não são mais que um dispositivo de legitimação dentre outros. No horizonte deste jogo de hipóteses, assistimos o modelo estrutural do campo político ser substituído por um modelo mais instável, aquele dos *mundos*, das *grandezas*, das *idades* de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Os estoques de legitimidade existem na medida em que os profissionais da política neles se fundamentam. A grandeza cívica não é mais, no campo político no qual ela se inclui, que uma grandeza dentre outras. E o campo político perde, indubitavelmente, de acordo com tais mutações, uma parte de sua autonomia. Daí a incerteza crescente quanto as delimitações do corpus: os profissionais da política procuram aperfeiçoar sua legitimidade política aceitando falar publicamente de outras coisas além de política. As fronteiras do objeto *discurso político* tornaram-se inconstantes.

The new technologies in the promotion of successful aging

ABSTRACT

The intervention here described resulted from a research/intervention work developed with elderly people to attend a Workshop 55+, which purpose was to promote active aging by means of sociocultural animation. It involved a group of 14 participants aged between 57 and 84 years. The authors developed a participatory action-research, applying the interpretive-hermeneutic paradigm and resorting to sociocultural animation techniques - methodologies that usually foster motivation and participation on the target population. Based on the interests, needs and potential of the participants five workshops were developed: Computing; To Know More; Cinema; Commemorative Dates; Outer Space. Various types of activities (physical, cognitive, recreational, social and emotional) were fostered, which allowed the development of the elderly's functional abilities (e.g. mobility, memory, creativity, critical reflection); the fostering of interactional and interpersonal processes. The intervention had positive results as the final evaluation revealed: the participants highlighted the benefits of the project, in particular, the levels of physical and psychological well-being, the augment of the quality of their relationships with others and the occurrence of new apprenticeships. This project reiterated the importance of social and cultural activities regarding the elderly's learning processes, welfare and quality of life.

KEYWORDS: Active aging. New technologies. Lifelong learning.

NOTAS

1 Artigo Original publicado em: LE BART, Christian. L'analyse du discours politique : de la théorie des champs à la sociologie de la grandeur. **Mots: Les langages du politique [online]**, n. 72, p. 97-110, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mots/632317>. Acesso em: 17 abril 2018.

2 Nota da tradução: a palavra *dreyfusarde* funciona como adjetivo e se refere àqueles que são simpatizantes de Alfred Dreyfus, oficial de artilharia francês/judeu acusado em 1894 de traição. O caso em que esteve envolvido se tornou um dos dramas políticos mais tensos da história moderna francesa e ecoou em toda a Europa.

3 Esta segunda posição supõe a construção de corpus coerente pela referência ao seu cargo. Desse modo, será analisado o discurso dos prefeitos, dos senadores, dos ministros, dos chefes de partidos de oposição, de candidatos de campanha, de mulheres de presidentes, etc.

4 O eleitor é está ou não no campo político? Consultar as observações de Bernard Lahire Champ, *hors-champ, contre-champ* (LAHIRE, B., 2001).

5 Podemos ser um grande acadêmico escrevendo livros que não são vendidos, um grande pintor que produz uma obra que o grande público não compreende nada, podemos ser um grande político sem o reconhecimento do voto popular?

6 Consultar os trabalhos de Érik Neveu (por exemplo 1995), ou o número recente da *Mots sobre La politique à l'écran: l'échec* (n°67, 2001).

7 Nota da tradução: referente a Marx Weber, intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia moderna. Estuda, principalmente, o capitalismo e o chamado processo de racionalização e desencantamento do mundo. Sua obra mais famosa é A ética protestante e o espírito do capitalismo, de 1904.

8 Nota da tradução: referente a Norbert Elias, sociólogo alemão que disserta sobre as relações entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História. Sua obra mais importante é O processo civilizatório, de 1939.

9 "Eu não faço política, não sou um político" (Jean Saint-Josse, candidato a eleição presidencial, *Libération*, 19 abril de 2002).

10 Pensamos em particular nos vídeos sobre as campanhas eleitorais, desde aquele de VGE em 1974 (Depardon) até a campanha parisiense de 2001 (Moati e Jeuland). O sucesso destes projetos de "revelação" é se aproximarem do declínio das emissões políticas clássicas, como se o olhar do público tivesse sido deslocado da cena para os bastidores.

11 Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP); Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: juliajlc@gmail.com

12 Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Araraquara; Docente no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Bolsista de Produtividade em

Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível 1D. E-mail: baronas@ufscar.br

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a tradução desse artigo elaborada por Julia Lourenço¹¹ e Roberto Baronas¹² e autorizado pelo autor do artigo.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification, les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, P. **Les règles de l'art, genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Le Seuil, 1998.

BOURDIEU, P. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000.

BOURDIEU, P. **Raisons pratiques: Sur la théorie de l'action**. Paris: Le Seuil, 1994,

CLASTRES, P. **La société contre l'État**. Paris: Minuit, 1974.

LAHIRE, B. **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. Paris: La Découverte, 2001.

LE BART, C. **Le discours politique**. Paris: PUF «Que sais-je ?», 2001.

MANIN, B. Principes du gouvernement représentatif. **Mots, La politique à l'écran: l'échec?**, n. 67, décembre 2001, 1995.

NEVEU, É. Les émissions politiques à la télévision: les années 1980 ou les impasses du spectacle politique. **Hermès**, n. 17-18, p. 145-162, 1995.

Recebido: 30 abril 2018.

Aprovado: 14 dezembro 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/etr.v3n2.8337>.

Como citar:

LE BART, C. Análise do discurso político: da teoria dos campos à sociologia da grandeza. Tradução de Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. **Ens. Technol. R.**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 283-295, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/8337>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Roberto Leiser Baronas

Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

